



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 009

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 009**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios.....	06
Memorando	12
Indicação	12
Requerimentos	12
Projetos de Lei	17
Pequeno Expediente:	
Dep.Barbosa Neto	20
Dep. Elza Correia.....	21
Dep. José Domingos Scarpellini....	22
Grande Expediente:	
Campanha da Fraternidade 2006	
Padre Ricardo Hoepfer.....	24
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	24
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	25
Liderança do PT	
Dep. André Vargas	26
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	28
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	29
2ª Discussão	29
1ª Discussão	29
Discussão Única (Indicações) ...	30
Requerimentos	31
Encerramento da Sessão	31
Transcrições	31

007ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Jocelito Canto e Reni Pereira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Artagão Júnior, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Justus, Rafael Greca e Ratinho Júnior (08)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 014/06

Curitiba, 06 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei visando alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 14.452, de 07 de julho de 2004, que dispõe sobre autorização para a realização de operação de aumento de capital social do Estado na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. A nova redação proposta para o referido artigo é a seguinte:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a realizar operações de aumentos de capital social para capitalização de créditos na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de 2005, nos registros contábeis da companhia, observadas as seguintes condições:

I - o valor de cada aumento do capital social, será fixado pela Assembléia Geral por proposta do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei e do Estatuto Social, e terá como cifra máxima o saldo de créditos para futuro aumento de capital a que se refere o caput desta lei, ficando a Companhia autorizada a utilizar a totalidade dos recursos da referida conta ou parte deles;

II - a subscrição deverá ocorrer com a emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, cujo preço de emissão será fixado com observância do disposto no artigo 170 da Lei nº 6404/76.”

O plano de lei em referência atende, sem qualquer dúvida, aos superiores interesses públicos e, assim sendo, motiva o Governo a promover melhoria nas condições sócio-ambientais, através do saneamento e, tendo em vista que o Estado é possuidor de bom volume de recursos financeiros contabilizados em conta AFAC - Créditos para Futuro Aumento de Capital e de dividendos não retirados na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, cujos montantes constam do Balanço Patrimonial de 31

de dezembro de 2005, e considerando a impossibilidade de estes recursos retornarem aos cofres estaduais sem que prejudiquem os investimentos necessários ao setor de saneamento, propõe-se sua conversão em ações da companhia, nos termos do anteprojeto de lei ora proposto.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 1º, da Lei Estadual nº 14.452, de 7 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a realizar operações de aumentos de capital social para capitalização de créditos na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de 2005, nos registros contábeis da companhia, observadas as seguintes condições:

I - o valor de cada aumento do capital social, será fixado pela Assembléia Geral por proposta do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei e do Estatuto Social, e terá como cifra máxima o saldo de créditos para futuro aumento de capital a que se refere o caput desta lei, ficando a Companhia autorizada a utilizar a totalidade dos recursos da referida conta ou parte deles;

II - a subscrição deverá ocorrer com a emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, cujo preço de emissão será fixado com observância do disposto no artigo 170 da Lei nº 6404/76.”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 015/06

Curitiba, 06 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao Orçamento das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Transportes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que tratam os créditos ora solicitados serão utilizados da seguinte forma:

- R\$ 32.775.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), serão utilizados pelo Insti-

tuto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEED, em ações voltadas a reparos, melhorias, adaptações, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras em prédios públicos na área de Educação;

- R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões; duzentos e setenta e cinco mil reais), serão destinados ao Fundo Estadual de Saúde - Funsaúde/Isep, em ações voltadas à área de saúde, principalmente em reformas, reparos, adaptações, aquisições de equipamentos, para Unidades de Saúde, e na aquisição de medicamentos e insumos hospitalares;

- R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) serão destinados à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para pagamento da obra de construção da Rodovia Municipal de União da Vitória;

- R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais) serão destinados à execução das seguintes obras: recuperar trecho Ivaiporã-Jacutinga; implantar vias marginais em Telêmaco Borba; construção de rodovia para o desvio de tráfego pesado na PR-412 em Guaratuba; recuperar travessia urbana de Tibagi.

Os recursos para os créditos ora propostos serão provenientes de Recursos Próprios do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran e de recursos financeiros recolhidos ao Tesouro Geral do Estado pela Agência de Fomento.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais) ao Orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, vinculado à Secretaria de Estado da Educação; R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - Funsaúde/Isep, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde; R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais) ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão utilizados: em ações voltadas a reparos, adaptações, melhorias, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras em prédios públicos na área de Educação e na área da Saúde, aquisição de medicamentos e insumos hospita-

lares, para o pagamento de obras de construção da Rodovia de União da Vitória e na execução de obras pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 3º Servirá como recurso para cobertura dos créditos de que tratam os artigos anteriores, Recursos Próprios do Orçamento do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, e do recolhimento ao Tesouro Geral do Estado de recursos da Agência de Fomento, utilizando-se quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Fica o Departamento de Estradas de Rodagem - DER autorizado a alterar as obras constantes do Anexo V - Programa de Obras - DER, do Anexo VII, da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 e as decorrentes da implantação desta lei, priorizando a inclusão ou a complementação de recursos para obras em andamento, quando as obras previstas em seu orçamento não puderem ser executadas por motivos técnicos, administrativos, burocráticos ou legais, devendo a alteração ser aprovada pelo Chefe do Poder Executivo mediante a expedição de Decreto, e comunicada a Assembléia Legislativa. Estas alterações não serão computadas nos limites definidos no artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Art. 5º Os recursos de que trata o artigo 3º desta lei ficam, no que couber, excluídos das exigências do artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 016/06

Curitiba, 06 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que trata este crédito suplementar serão utilizados na implantação do Centro de Eventos de Morretes, por meio da reforma, adaptação e melhoria dos prédios da antiga Fábrica de Papel São Marcos, visando proporcionar melhores condições de recepção aos turistas que visitam o município. Estão previstos para compor o complexo: centro de recepção, auditórios, salas de apoio, bibliotecas, lojas, praça de alimentação, sala da memória e palco ao ar livre para grandes eventos.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica reduzido o Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Cultura, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA

ANEXO I

FL. 01
R\$ 1,00

Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	Nº do Proc. COP
5100	Secretaria de Estado da Cultura						
5102	Diretoria Geral						
2273	Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural	4490.51	100	01	L	2.498.000	0166
TOTAL						2.498.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA

ANEXO II

FL. 01
R\$ 1,00

Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	Nº do Proc. COP
5100	Secretaria de Estado da Cultura						
5160	Fundo Estadual de Cultura - FEC						
2276	Implementação e Administração do Programa Estadual de Incentivo à Cultura - PEIC	3350.30	100	01	L	498.000	0166
		3390.36	100	01	L	1.000.000,00	0166
		3390.39	100	01	L	1.000.000,00	0166
TOTAL						2.498.000	

REDUÇÃO DOS REPASSES

ANEXO III

FL. 02
R\$ 1,00

Código	Especificação	Valor	Processo
	Secretaria de Estado da Cultura		
5160	Fundo Estadual de Cultura - FEC		
	Recursos Próprios do Tesouro	2.498.000	0166
TOTAL		2.498,00	

SUPLEMENTAÇÃO
DE OBRAS

ANEXO IV

FL. 03
R\$ 1,00

Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Processo
5100	Secretaria de Estado da Cultura					
5102	Diretoria Geral					
2273	Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural					
540	Morretes					
045	Implantação do Centro de Eventos	100	01	L	2.498.000	0166
TOTAIS		Tes.		L	2.498.000	

Ofícios

Sob o nº SEPL/COP 022/06, do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas no exercício de 2005, decorrentes do artigo 13 da referida lei. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 209/06, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando o Relatório de Atividades Institucionais, desenvolvidas durante o 4º Trimestre de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2071/05, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando o Relatório de Atividades Institucionais, desenvolvidas durante o 3º Trimestre de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegrama nº 251 de 09.02.06, do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que o Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária realizada em 08.02.06, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 140/01, desse Estado, nos termos do voto do relator, onde o requerente é o Governador do Estado e a requerida é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na ação direta de inconstitucionalidade nº 2639. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 798/06 - GAB/SEDU, do Sr. Luiz Forte Netto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando de conformidade com o que estabelece no artigo 90 (parágrafo único, inciso III) da Constituição do Estado do Paraná, o Relatório de Atividades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 344/06-GC/SGPDH/SEDH/PR, do Sr. Fauze Martins Chequer, Subsecretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República,

informando Convênio nº 39/05, entre a União por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Estado da Segurança Pública com interveniência do Governo do Estado do Paraná publicado no Diário Oficial da União em 30/12/05, com vistas à execução do Projeto “Atualização do Cadastro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP), no âmbito do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº C.CAFÉ nº 33/06, do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo - Gerente Geral da Embrapa Café, comunicando convênio com as seguintes instituições: a) Instituto Agromônico do Paraná - Iapar, convênio de Cooperação Técnica e Financeira, no valor global de R\$ 354.660,00; b) Universidade Estadual de Londrina - UEL, convênio de Cooperação Técnica e Financeira, no valor global de R\$ 60.544,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 177/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 138/05 e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 098/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 104/05 e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 123/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 118/05 e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 145/SPOA/MDA, do Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 027/05, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 022/SPOA/MDA, do Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 050/05, e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 019/SPOA/MDA, do Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 052/05, e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 075/06/SAF-ANA, do Sr. Aluísio Guimarães Ferreira - Superintendente da Administração e Finanças, Substituto da Agência Nacional de Águas, comunicando que foi celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 010/02, entre a Agência Nacional de Águas - ANA, como concedente, a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, como conveniente, e o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, como interveniente, que visa a execução de atividades hidrológicas das Bacias 6 e 8, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 100/06/SAF-ANA, do Sr. Aluísio Guimarães Ferreira - Superintendente da Administração e Finanças, Substituto da Agência Nacional de Águas, comunicando que foi celebrado em 27 de dezembro de 2005, o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 002/05, entre a Agência Nacional de Águas - ANA, como concedente, a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, como conveniente, e o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, como interveniente, que visa a implementação da gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu/Afluentes do Alto Ribeira e do Rio Tibagi, situadas no Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 044/SPOA/MDA, do Sr. Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Primeiro

Termo Aditivo ao Convênio nº 033/04, bem como cópias dos respectivos documentos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 017/06-DDAI/SECAD/MEC, do Sr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional do Ministério da Educação comunicando que na data de 22 de dezembro próximo passado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade celebrou Convênio nº 061/05, firmado com a Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu, objetivando apoiar parcialmente as ações de implantação do Projeto Saberes da Terra, cujo objetivo é a educação fundamental integrada à qualificação profissional de jovens e adultos no campo, publicado no Diário Oficial da União de 26/12/05, página 52, Seção 3. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 261/05-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Antônio Elvídio Figueiredo, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional do Ministério da Educação comunicando que na data de 22 de dezembro próximo passado, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade celebrou Convênio nº 033/05, firmado com Universidade Estadual de Londrina, objetivando apoiar as ações de implantação e implementação do Projeto Formação de Profissionais para a Educação Sexual, o Combate à Homofobia e a Promoção da Cidadania Homossexual, capacitando e formando profissionais voltados para a cidadania, o respeito à diversidade sexual, o combate à homofobia, à violência e à discriminação contra a população GLTTB, dentro do Programa Brasil sem Homofobia, publicado no Diário Oficial da União de 24/11/05, página 50, Seção 3. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 738/05-SGPDH/SDH/SG/PR, do Sr. Fauze Martins Chequer, Subsecretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República, informando que foi firmado Convênio nº 005/05, entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o IDDEHA - Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, com vistas à execução do Projeto de realização de cursos motivacionais em Direitos Humanos, promovidos pelas Ouvidorias de Polícia e voltados a policiais, bombeiros e representantes da comunidade, bem como de campanha pública contra a impunidade e a tortura, e também da socialização, através de publicações e internet, dos relatórios dos Ouvidores de Polícia. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 305/06/DEPEN/GAB, do Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, informando que foi celebrado entre o citado Ministério e o Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em 27/12/05, o Convênio nº 014/05, objetivando a execução do Projeto Grupo de Apoio às Ações Penitenciárias, no valor de R\$ 114.768,00, sendo R\$ 91.814,40, do Ministério

rio da Justiça, e R\$ 22.953,60, a título de contrapartida do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 12/06-SPPE/TEM, do Sr. Carlos Augusto Simões G. Júnior, Secretário de Políticas Públicas de Emprego - Substituto, do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando uma via do Termo Aditivo nº 001/05 ao Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 007/05-SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego-SPPE, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, objetivando a prorrogação do prazo de execução do Convênio e alteração da Cláusula Orçamentária, acompanhada de cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 955/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 089/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 956/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 090/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 957/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 091/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 959/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 079/05 com a Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 960/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 063/05 com a Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 964/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 058/05 com a Universidade Estadual de Londrina-UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 967/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do

MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 054/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1063/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 210/05 com a Universidade Estadual de Londrina-UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1071/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 154/05 com a Universidade Estadual de Londrina-UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1072/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 157/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1073/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 156/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1074/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 182/05 com a Universidade Estadual do Ponta Grossa-UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1075/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 131/05 com a Universidade Estadual de Londrina-UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1076/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 183/05 com a Universidade Estadual do Ponta Grossa-UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1077/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 134/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1078/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 117/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1079/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 120/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1080/05-MEC/SESU/DEDES, do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 213/05 com a Universidade Estadual de Londrina-UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1081/05-MEC/SESU/DEDES do Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC/SESU, comunicando a celebração do Convênio nº 248/05 com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 122/06/PV AHÚ, da Sra. Célia Massumi Yukawa, Gerente Geral da Agência Ahu da Caixa Econômica Federal, notificando para conhecimento e providências cabíveis a liberação de recursos financeiros em 02/01/06, no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), destinados ao Estado do Paraná/Secretaria Estadual de Justiça, referente ao Contrato de Repasse nº 182.998-86/04/MJ/CAIXA, assinado em 23/12/04 entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná e, aditivado em 09 de setembro de 2005 para inclusão da Caixa na figura de mandatária, no âmbito do Programa Construção de Estabelecimentos Penais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 003/06/Em Curitiba Norte, do Sr. Mounir Chaowiche, gerente de Negócios Estados e Municípios - da Caixa Econômica Federal, comunicando que o contrato nº 0170.251-13/04/MDA/CAIXA, assinado em 31/12/04, foi rescindido por determinação do Gestor do Programa, em conformidade com Cláusula Segunda, subitem 2.2, com fundamento no artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2427/05/REDUR/LD, do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto, Supervisor de Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Londrina/PR-REDUR/LD, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes à prorrogação do prazo de desembolso do Programa Pronaf, do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/04/MDA/CAIXA, encerrando-se no dia 31/10/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2428/05/REDUR/LD, do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto, Supervisor de Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Londrina/PR-REDUR/LD, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes à prorrogação do prazo de desembolso do Programa Pronaf, do Contrato de Repasse OGU nº 0171580-12/04/MDA/CAIXA, encerrando-se no dia 31/10/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000989/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para a Secretaria de Estado da Educação para o Programa PNATE e Especial. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001047/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar para o Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001048/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar para o Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001049/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná-Fundepar para o Programa PNAI-PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001144/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para a Secretaria de Estado da Educação para o Programa Prodebe. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001159/05, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do referido Fundo para a Secretaria de Estado da Educação para o Programa Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 245/06

Curitiba, 06 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o incluso projeto de lei, com a respectiva exposição de motivos, que transforma cargos do Quadro de Pessoal Efetivo desta Corte de Contas, nos termos do artigo 122, inciso IV da Lei Complementar nº 113/05.

A proposta ora apresentada, Sr. Presidente, tem por finalidade adequação do Quadro de Pessoal às reais necessidades desta Corte de Contas tendo em vista as transformações sofridas em decorrência da nova legislação.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. protesto de consideração e apreço. Atenciosamente.

(a) HEINZ GEORG HERWIG
Presidente

PROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam extintos, da estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, (03) três cargos de provimento efetivo de Revisor Assistente - RA, em face do disposto no artigo 180 da Lei Complementar 113, de 15 de dezembro de 2005.

Parágrafo Único. Os cargos de Revisor Assistente - RA, atualmente ocupados integrarão quadro em extinção.

Art. 2º Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 08 (oito) cargos de Técnico de Controle Administrativo, TCA.

Art. 3º Fica o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, obrigado a publicar no seu periódico, criado pela Lei Estadual nº 14.704, de 01 de junho de 2005, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Anexo de Fixação de Cargos, com as alterações promovidas por esta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o

incluso projeto de lei, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Paraná.

A atual Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aprovada, pela Lei nº 113, de 15 de dezembro de 2005, requer algumas alterações para adaptar-se à ordem jurídica vigente, profundamente modificada nos últimos anos, pelas reformas patrocinadas pelo Governo Federal através das Emendas Constitucionais 19, 20, e 41.

Referidas mudanças estão a exigir uma nova postura dos Tribunais de Contas, uma vez que os órgãos responsáveis pelo controle externo têm recebido importantes atribuições sem o necessário incremento nas áreas operacional e de recursos humanos.

Também neste sentido a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe em seu arcabouço uma ótica diferenciada para os organismos de controle da administração pública.

Este cenário impõe a necessidade premente e regular de adequação de suas estruturas funcionais, que dentre os dispositivos legais, privilegia os reflexos de natureza financeira que ora se detalha.

PREVISÃO DO IMPACTO FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/00, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da implantação do presente anteprojeto de lei, que promove a criação e extinção de cargos de provimento efetivo deste Tribunal, em razão de adequação às disposições decorrentes da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15.12.2005, que versa sobre a Lei Orgânica desta Corte de Contas.

O limite fixado para despesa de pessoal, estabelecido no artigo 20, inciso II, letra "a", da referida Lei Complementar, é de 3% para o Poder Legislativo, sendo 1,36% destinado ao Tribunal de Contas.

Tal limite, após a implantação pretendida, não será desrespeitado, visto que, se considerada a Receita Corrente Líquida para o exercício de 2006 em igual valor à realizada nos últimos doze meses, demonstra a necessária adequação ao cálculo do referido percentual e a dotação orçamentária deste Tribunal.

RECEITA LÍQUIDA* - LIMITE ORÇAMENTÁRIO - DESP. TOTAL - 1,90%	6.959.584.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA * LIMITE LRF - DESP. PESSOAL 1,36%	10.453.925.000,00
LIMITE LRF	
LIMITE LEGAL - 1,36% RCL	142.173.380,00
LIMITE PRUDENCIAL 95% - 1,29% RCL	135.064.711,00
LIMITE 1ª ALERTA 90% - 1,22% RCL	127.956.042,00
LIMITE ORÇAMENTÁRIO	
1,90% RL	132.232.096,00
Fonte: SEFA/CAFE - Sistema SIAF; *Previsões para o Exercício de 2006	

DISPOSITIVOS DE ORDEM ECONÔMICA E FISCAL - LIMITE DA LRF

1. A despesa de pessoal não será incrementada visto que o custo dos cargos criados está sendo coberto pelo custo de outros já extintos e dos que ora se extinguem como medida de caráter compensatório a que se refere especificamente o artigo 17, parágrafos 1º e 2º, do diploma fiscal.

Art. 17...

§ 1º Os fatos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará os metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (grifo nosso)

Para os estudos de viabilidade econômica foram considerados os parâmetros atuais de gastos totais com

Pessoal e a expectativa de comportamento da Receita Líquida fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, o que ampara a alteração proposta.

2. Assim tais impactos projetados demonstram a viabilidade da proposta e atendem às exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente em seu artigo 16:

Art. 16, parágrafo 1º para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

DEMONSTRATIVOS DE GESTÃO FISCAL - LIMITES IMPOSTOS PELO ARTIGO 55 LRF

Por oportuno, apresentam-se os valores divulgados na publicação do Relatório de Gestão Fiscal, DIOE nº 7155, de 30/01/06, relativo ao 3º quadrimestre de 2005, observado os últimos doze meses, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2005:

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ mil
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA REALIZADA (JANEIRO A DEZEMBRO/05)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	103.147
Pessoal Ativo	79.776
Pessoal Inativo	49.160
(-) Despesa não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	25.789
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrentes de Decisão Judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	25.789
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
OUTRAS DESP. DE PES. DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	674
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	
Contribuições Patronais	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV)=(I+II+III)	103.821
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.453.926 ***
% do TOTAL DA DESP. COM PES. PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE- TDP sobre a RCL (IV/V*100)	9,99%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III artigo 20 da LRF) - 1,36%	142.173
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, artigo 22 da LRF) - 1,29%	134.856
FONTE: Despesa de Pessoal: SIA-410 Valor Empenhado - folha de pagamento bruta, Relatórios SIAF/SEF. *** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Valores preliminares em 27/01/06, sujeitos a alteração	

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial que irá opinar, no prazo de três dias, sobre a indicação do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça, conforme artigo 124 do Regimento Interno.

PT - TADEU VENERI
PSDB - ADEMAR TRAIANO
PMDB - ANTONIO ANIBELLI
PFL - DURVAL AMARAL
PDT - NEIVO BERALDIN

Sala das Sessões, em 07.03.2006.
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Cumprimentando cordialmente V. Exa. venho através do presente encaminhar a indicação do Líder da Bancada do PMDB para a 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

Sendo o que tinha no momento, renovo votos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,
(a) ANTONIO ANIBELLI

Os Deputados abaixo assinados, vem através do presente comunicar a indicação do Deputado Antonio Martins Anibelli, como Líder da Bancada do PMDB, para a 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

(aa) NEREU MOURA, ADEMIR BIER,
DOBRANDINO DA SILVA, JOSÉ MARIA FERREIRA,
ARTAGÃO JÚNIOR, CESAR SELEME, MAURO
MORAES, ALEXANDRE CURI, CLEITON KIELSE,
ELZA CORREIA, DELEGADO BRADOCK,
RAFAEL GRECA, GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a reali-

zação de Sessão Extraordinária Especial, conforme prevê o artigo 215 do Regimento Interno, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização para deslocar-se para Brasília dia 08 de março, para audiência afim de tratar assunto referente à ADIN - 3421, junto ao Supremo Tribunal Federal - STF.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado Sessão Solene, no dia 28 de setembro próximo, no Iate Clube de Londrina, às 20hs, para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assad Nabhan, concedido pela Lei nº 14.849/05, publicada no Diário Oficial nº 7076, de 06 de outubro de 1995.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, que seja autorizado a reserva do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 28 de março de 2006, onde será tratada a questão referente ao projeto ambiental.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, que seja autorizada a realização do Encontro Estadual sobre Educação Infantil, que terá presença do professor João Monlevade - consultor da Comissão de Educação do Senado Federal, no dia 30 de março de 2006, a partir das 8:30 até às 13:00h.

Na oportunidade solicitamos o plenarinho desta Assembléia para a realização da referida audiência.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Alberto Biesemeyer.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 91 anos de idade, faleceu nesta Capital, o Sr. Arlindo Alberto Biesemeyer, no dia 22 de fevereiro corrente, deixando viúva a Sra. Leony Pereira Biesemeyer. Deixou ainda dois filhos: Regina e Roberto, além de netos e bisnetos.

O passamento do Sr. Arlindo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Sr. Arlindo era proprietário da Alfaiataria Jockey, foi Presidente da Associação Beneficente dos Alfaiates do Estado do Paraná, do Sindicato das Industrias de Alfaiatarias do Estado do Paraná e também fez parte da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá descansar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Arlindo, encontrem na fé e na esperança o consolo neste momento de grande dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Biesemeyer, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família de Roberval Cassiano Costa, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 26 de fevereiro, no município de Nova esperança do Sudoeste.

Do aprovado requer ainda, que seja enviado correspondência à família enlutada externando nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Roberval Cassiano Costa era filho de Marli Scharf Costa e Sebastião Salécio Costa, e faleceu aos 27 anos, deixando uma filha de 06 meses.

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento de Roberval, filho do ex-Prefeito Salécio Costa.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares do Sr. Roberval Cassiano Costa endereçando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao jornal Diário Popular, alusivos aos 43 anos de sua fundação e pelos relevantes serviços prestados na imprensa do nosso Estado.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Abdo Aref Kudri - Diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 1190, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário Popular, tem desde sua fundação se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes do Paraná, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas, noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores, sempre pautando-se pela ética na prestação da informação.

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER a essa presidência que seja concedido voto de louvor ao Comandante e todo o efetivo policial do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, pelo brilhante salvamento do bebê Rebeca abandonado em um matagal nas proximidades da BR-369 em 16/01/06.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A singela homenagem se faz merecida tendo em vista a brilhante e exemplar operação realizada pelos membros do efetivo policial do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina que culminou no salvamento do bebê Rebeca que havia sido abandonado por sua mãe em um matagal nas proximidades da BR-369.

Os valorosos policiais integrantes do Batalhão, tão logo recebida a denúncia do caso, agiram com rapidez e destreza, vasculhando ambos os lados da rodovia e embrenhando-se no matagal com lanternas até que encontrassem o bebê.

Pelo exercício exemplar de seu dever congratula-se o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, Tenente Coronel Marcos de Castro Palma e na pes-

soa deste os demais policiais que estavam de plantão na central e colaboraram na ação. Finalmente congratula-se os policiais responsáveis diretamente pelo salvamento; Soldado Marcel Miranda; Soldado Flávio Henrique Gomes de Araújo; Soldado Diego Cândido dos Santos e Soldado Paulo Henrique Moreira de Macedo.

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Pedro Kashi-vakura.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.02.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jorge de Carvalho Grade. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Chafic Philippe Nabhan.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sincero Moura.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Dr. Narciso Ferreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Dra. Íris Soraia Inêz. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Alberto Pansolin. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dario João Scoralick. A referida homenagem deve-se pelos relevan-

tes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Décio Simoni. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Manoel Moraes Filho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Juiz Dr. Mário Seto Takeguma e a todo corpo da 1ª Vara Civil de Maringá, moção de louvor pela decisão tomada recentemente por aquela Vara de Justiça, que declarou nulo o contrato de prestação de serviços firmado sem licitação, em 1999, entre a Prefeitura Municipal de Maringá e o advogado Dirceu Galdino, para atuar em processo envolvendo a Fazenda Pública Municipal, condenando o ex-Prefeito Jairo Moraes Gianoto e o advogado a ressarcirem integralmente o erário municipal.

Requer sejam oficiados individualmente o juiz e o corpo de magistrados da referida Vara de Justiça.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A decisão do juiz Dr. Mário Takeguma, da 1ª Vara Civil de Maringá, traz a esta Casa, o alento de que a Justiça do Paraná está atenta aos desvios e desmandos de ações de detentores de cargos eletivos, notadamente do executivo, que precisam e devem zelar pelo bem do erário

público e cuidar para que o Estado, em qualquer dos seus três níveis - municipal, estadual e federal - não sejam maculados por medidas como esta em questão de contratação irregular de “prestação de serviços”, quando a própria municipalidade possui este serviço em seus quadros.

Isto exposto, requeremos que seja encaminhado à Justiça de Maringá este voto de Moção de Louvor, porque é preciso que esta Casa reconheça as acertivas da Justiça que nos traz o alento de que o Judiciário está atento e firme na defesa do bem público.

REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que o mesmo considere a experiência adquirida e a prova de títulos para os auxiliares administrativos que exercem funções práticas como merendeiras e faxineiras, na rede de Ensino Estadual.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARNOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor responsável pela revista Capital Curitiba, Sr. José Maurício da Costa Marques, solicitando que remeta ao colunista Marcelo Motta o pedido de maiores informações a respeito da denúncia sobre o Tribunal de Contas do Estado, apresentada na coluna “Secos e Molhados”, para que, na qualidade de Deputado Estadual, possamos tomar as devidas providências.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, encaminhando solicitação da Vila Vicentina Obra Unida à Sociedade São Vicente de Paulo.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Exmo.

Sr. Padre Roque Zimmermann, solicitando que seja viabilizada a reforma do telhado no Centro de Educação Infantil Avelino Antônio Vieira.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de relatório elaborado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, sobre os efeitos da crise agropecuária que atingiu o Estado do Paraná em 2005.

O referido relatório ainda solicita providências e aponta soluções para minimizar a grave crise que atingiu todo o setor agropecuário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O relatório anexo foi elaborado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e faz uma radiografia da situação da agropecuária e da crise do setor especialmente nos municípios do sudoeste do Estado do Paraná. Por conta da última estiagem, a safra 2004/2005 registrou uma quebra de 70% no milho e de 30% na soja, comprometendo seriamente a produção na região. Além deste e outros prejuízos, tais como queda de 19% na oferta de empregos, o relatório apresenta as causas da crise e propõe soluções para minimizar seus efeitos.

É crescente a preocupação do setor em relação à crise. Na condição de parlamentar do Estado do Paraná e representante da Região Sudoeste, onde a agricultura é a base do desenvolvimento, este Deputado vem apoiar as reivindicações expostas no relatório. Além do relatório da FAEP, lideranças da referida região, especialmente do município de Chopinzinho, enviaram dados a este parlamentar reforçando as propostas aqui apresentadas.

Esperamos que a iniciativa de levar tais informações ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da República, e aos Ministros da Agricultura e Fazenda, possa contribuir para a busca de soluções que minimizem a crise neste importante segmento que é o setor da agricultura paranaense.

REQUERIMENTO Nº 250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações referentes às providências tomadas pelas autoridades após a ocorrência de agressão sofrida por um casal em Londrina.

Conforme nos foi informado pela própria Sra. Maria Regina Mento Reys, já se passaram três meses do ocorrido e nenhuma providência foi tomada. Até o momento, nem a fita da câmera de segurança do posto foi vista pela polícia. Informou-nos ainda que já realizou uma denúncia na Ouvi-pol - Ouvidoria da Polícia Militar em Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando informações a respeito das obras da estrada que liga o Distrito de Lerroville à Reserva Apucarantina em Londrina:

I - Trata-se de realização do Governo do Estado?

II - Em que fase se encontra?

III - Qual empresa foi vencedora da licitação?

IV - Solicita cópia do respectivo contrato.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações referentes aos valores gastos com a Operação Verão no litoral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações sobre o quadro funcional da Escola Estadual Capitão Euzébio Barbosa de Menezes, no Distrito São Luiz, em Londrina, pois a população local afirma que no período noturno está faltando professores, secretária e auxiliar administrativo para atender aos alunos.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Artigo "Lon-

drina: presente e futuro”, do Sr. Edson Gradia, publicado na Coluna Espaço Aberto, do jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 01/03/06. Requer ainda que seja dado ciência ao autor do artigo, Sr. Edson Gradia, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o artigo “Ginástica rítmica: abrace esta causa”, da Sra. Márcia Aversani Lourenço, publicado na coluna Espaço Aberto, do jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 22/02/06.

Requer ainda que seja dado ciência ao Chanceler e à Vice-Chanceler da Unopar - Universidade Norte do Paraná - Professor Marco Antônio Laffranchi e à Professora Bárbara Laffranchi, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 070/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder executivo autorizado a doar, à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel constituído por área de 58.017,44 m (cinquenta e oito mil, dezessete metros quadrados e quarenta e quatro decímetros), na localidade denominada Vale Verde, no município de Figueira, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula nº 6.898, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para a implantação de moradias alternativas, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando o imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Visa tal propositura, com a construção de moradias alternativas, buscar um novo caminho para procurar solucionar o problema de moradia que assola os pequenos municípios do nosso Estado.

Com este escopo tão louvável, conto com a aprovação dos nobres Pares, para o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 071/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, criada para colocar na assistência educacional ao menor, abrigando crianças órfãs e desamparados que não tenham condições de sobrevivência mesmo entre seus familiares, aprimorando o ensino e na integração família-escola-comunidade.

Visando o máximo aproveitamento do indivíduo, a entidade realiza trabalhos de reforço escolar, acompanhamento em reuniões escolares, atividades esportivas e reuniões mensais para valorização da família e a reintegração familiar, fazendo com que todos possam ter acesso ou contato com seus familiares.

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual solicitamos aos nobres Deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 072/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica atribuído crédito presumido:

I - ao estabelecimento comercial, no montante equivalente a 60% do valor do imposto incidente nas saídas internas ou interestaduais de sucatas de metal, de plástico ou de papel;

II - ao estabelecimento industrial, no montante equivalente a 60% do valor do imposto incidente nas saídas internas ou interestaduais de produtos industrializados, cuja matéria-prima específica seja sucata de metal, de plástico ou de papel.

Parágrafo Único. Em relação ao disposto neste artigo:

a) não se incluem nas saídas referidas as operações que ensejaram posterior retorno, real ou simbólico, do produto;

b) o crédito presumido será efetuado sem prejuízo da utilização dos demais créditos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, através do Convênio ICMS 08/03, concedeu crédito presumido equivalente a 60% do valor do imposto incidente na saída de produtos resultantes de moagem ou trituração de garrafa PET. Entretanto, apesar de louvável, tal medida não atingiu integralmente os objetivos a que se propunha.

Cada vez é maior a preocupação social, em decorrência do desemprego, e a preocupação ambiental, em função da poluição causada pelo sistema de vida moderno que produz, a cada dia, um volume maior de lixo.

Assim, uma das formas que tem tornado menos dramática esta situação encontra-se evidenciada na função exercida por mão-de-obra pouco qualificada e de difícil empregabilidade (catadores), que sobrevivem da venda de sucatas. De um lado, encontram um meio de subsistência e, de outro, ajudam a combater a poluição ambiental.

Portanto, conto com o apoio dos meus nobres colegas Deputados para a aprovação do presente projeto de lei que objetiva conceder incentivo fiscal ao setor econômico cuja atividade está ligada a operações com sucatas, de tal modo a se conseguir um aumento do volume de material reciclado e maior competitividade ao setor, o que redundará em aumento de renda dos “catadores” e diminuição da poluição ambiental, ocasionando amplos benefícios à sociedade em geral.

PROJETO DE LEI Nº 073/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A prestação de serviço de transporte interestadual de cargas, iniciada no território paranaense, cujo tomador esteja aqui localizado, desde que realizada por transportador autônomo, fica isenta do Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O setor de transporte passa por profunda crise, visto que tem seus custos sistematicamente aumentados pelo valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas, e pelo enorme desgaste dos veículos transportadores ocasionados pela péssima conservação das estradas, nas rodovias

não pedagiadas. Assim, especialmente o transportador autônomo é afetado, pois sua menor condição financeira o obriga, para incrementar seus ganhos, a aumentar a jornada de trabalho, fazendo crescer o risco de acidentes.

Portanto, solicito o apoio dos meus pares para a aprovação do presente projeto de lei que objetiva conceder ao transportador autônomo, quando do transporte de carga para outros Estados, a isenção do ICMS (esclareço que dentro do Estado já foi concedido este benefício pelo Decreto nº 3.085, de 31 de maio de 2004).

PROJETO DE LEI Nº 074/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica dispensada a exigência de toda e qualquer taxa devida ao Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, em relação a veículos de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

Para os efeitos desta lei:

a) é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor de 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

c) o veículo automotor deverá ser de propriedade ou adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso do interdito, pelo seu curador;

d) adotar-se-á a definição dada no ato conjunto editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, de que trata o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, na redação dada pela Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, para fins de conceituação de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, bem como as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas;

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte dias data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A legislação tributária federal e estadual - IPI e ICMS e IPVA já dá tratamento diferenciado à incidência

destes tributos em relação aos veículos automotores de propriedade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Entendo que é preciso avançar, criando mais facilidades e dando condições para que estes cidadãos possam ter uma vida o mais próximo da normalidade possível, motivo pelo qual solicito dos meus Pares o necessário apoioamento.

PROJETO DE LEI Nº 075/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Em relação aos hospitais, cujo atendimento pelo Sistema Único de Saúde corresponda a pelo menos 60% do total dos atendimentos, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, devido pelo consumo de energia elétrica.

II - efetuar o pagamento integral da energia elétrica consumida.

Art. 2º O ressarcimento às concessionárias, autorizadas e permissionárias de energia elétrica, situadas no Estado do Paraná, dos valores correspondentes ao benefício referido no inciso II do artigo 1º, será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte dias da data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que os sistemas de saúde pública estão em precaríssimas condições, impondo aos cidadãos sofrimentos maiores que a própria doença que os acomete. Os hospitais que atendem pelo SUS prestam inestimáveis serviços ao poder público e nem sempre recebem a justa remuneração em troca.

Visando equilibrar as coisas e estimular aqueles que se dispõem a atender pelo SUS, a presente iniciativa de lei presta-se a proporcionar uma redução aos custos destes prestadores de serviços, de forma que o atendimento aos mais carentes seja permanente e melhorada.

PROJETO DE LEI Nº 076/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria a Carreira de Escrevente de Polícia, para ambos os sexos, os quais serão auxiliares de Escrivães de Polícia.

Parágrafo Único. Os Escreventes de Polícia poderão realizar todos os atos praticados em Inquéritos Policiais de qualquer tipo, mas sempre supervisionados por um Escrivão de Polícia.

Art. 2º O Escrevente de Polícia, poderá também prestar serviços burocráticos nas Delegacias de Polícia, pertinentes a serviços de escrivania.

Parágrafo Único. Fica o Escrevente de Polícia, proibido de realizar serviços inerentes ao do Investigador de Polícia.

Art. 3º O acesso para carreira de Escrevente de Polícia será através de Concurso Público nos mesmos moldes e exigências do Concurso de Escrivão de Polícia de Nível de 2º Grau, e tendo que cursar a Academia de Polícia Civil.

§ 1º O Escrevente de Polícia, para ter acesso a outras carreiras da Polícia Civil, somente se preencher os requisitos que são exigidos e através de Concurso Público quando tiver.

§ 2º O Concurso Público para Escrevente de Polícia Civil será realizado regionalizado para evitar solicitações de transferências.

§ 3º O Escrevente de Polícia, somente poderá pleitear transferência para outra Delegacia de Polícia num prazo de cinco anos, através de permuta.

Art. 4º O salário que receberá o Escrevente de Polícia, será de dois salários-mínimos referência do Estado do Paraná.

§ 1º O Escrevente de Polícia, terá seus reajustes salariais quando o salário-mínimo do Estado do Paraná sofrer reajuste.

§ 2º O Escrevente de Polícia somente será de Classe Única.

Art. 5º O Concurso Público será realizado após 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Considerando que na presente data é pequeno o número de Escrivães lotados nas Delegacias de Polícia, onde possui um número grande de inquéritos policiais, às vezes os escrivães não conseguem concluir seus inquéritos no prazo legal.

Para tanto, criando-se a carreira de escrevente de polícia com uma remuneração mais baixa da do escrivão de polícia, o Estado poderá economizar mais na contratação dos mesmos e contratar mais pessoas.

Todos os serviços que o escrevente de polícia realizará, será supervisionado por um escrivão de polícia de carreira.

Os escreventes de polícia poderão realizar os termos circunstanciados, expedição de intimações, registro de ocorrências, organização dos livros de controle de inquéritos, de contas precatórias, instauração de inquéritos policiais. Com esses serviços, irá desafogar os cartórios das Delegacias e irá deixar os escrevíveis de polícia de carreira, com o maior tempo para realizar outros serviços de maior importância.

Os escreventes de Polícia, somente poderão realizar serviços burocráticos, ficando proibido de realizarem serviços inerentes ao de investigador de Polícia.

Somente através de Concurso Público que poderá o Estado admitir como funcionário o Escrevente Policial, que após for aprovado passar pela Academia de Polícia Civil.

PROJETO DE LEI Nº 077/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos bancários, e em todos os locais onde estejam em operações equipamentos “detectores de metais”, no âmbito do Estado do Paraná, a colocar avisos alertando as pessoas portadoras de marcapasso cardíaco.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.
(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Os “marcapassos cardíacos”, são equipamentos que controlam o ritmo dos batimentos cardíacos, são dotados de sistema eletromagnético que pode correr o risco de pane momentânea diante de interferência externa, passível de acontecer diante da proximidade de equipamentos de detecção de metais.

Sendo assim, objetivando assegurar a integridade da saúde das pessoas portadoras de marcapassos cardíacos é que apresenta a propositura em tela, que tem como escopo o objetivo de alertar a todos sobre o tema.

Desta forma entendo ser o tema por demais importantes, conclamando aos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis que apoiem a proposta ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 078/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da localidade de Ribeirãozinho, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da localidade Ribeirãozinho no município de Agudos do Sul, é uma entidade sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 04.699.423/0001-10, cadastrada no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Fazenda Rio Grande, sob o nº 415 com selo de autenticidade nº AEN 99008, em 5 de setembro de 2002, tem sua sede na estrada Principal de Ribeirãozinho, município de Agudos do Sul, Estado do Paraná

No artigo 2º dos seus Estatutos afirma-se que a entidade não tem fins lucrativos e sua diretoria não percebe qualquer tipo de remuneração.

A entidade é devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e seus estatutos estão registrados no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Fazenda Rio Grande.

Apresentou Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS, ano-base 2005, bem como, o relatório das atividades do ano de 2005, conforme exigência da lei.

Toda a documentação acompanha o projeto em apreço para sua comprovação.

Por essas razões, este Deputado encarece o apoio dos demais Parlamentares desta Casa, para que o presente projeto de lei seja aprovado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria registrar na tarde de hoje, para que esta Casa de Leis tome conhecimento do depoimento dessa Sra. Maria Regina Minto Reis, assistente administrativa: *“Fui agredida em um posto de gasolina, no dia três de dezembro quando fomos comprar um maço de cigarros, na loja de conveniência. Ali estavam vários carros parados, com som ligado e rapazes bebendo e fazendo ‘zoeira’. Quando o meu marido e o namorado de minha filha desceram do carro e entraram na loja, os rapazes começaram a falar palavrões para mim e minha filha de dezesseis anos. Desci do carro e fui tirar satisfação, fui agredida ali mesmo, deram socos em minha boca, com garrafa de cerveja, quebraram seis dentes, cortaram o meu rosto com os cacos da garrafa e ainda me quebraram duas costelas. Demos queixa na 10ª Subdivisão Policial, fui chamada à viatura, enquanto fui atendida na*

Santa Casa. Resultado: até agora a polícia nada fez, não pegou os autores e nem me deu notícia.

Agora, preciso da cópia do laudo do IML, para entrar com um pedido de seguro saúde e sou obrigada a recolher taxinha para o Funrespol - Fundo da Polícia, de sete reais e vinte e oito centavos, mais um requerimento com firma reconhecida para pegar uma cópia do referido laudo. Que absurdo! Além de ser agredida e quase morta, ainda sou obrigada a recolher dinheiro para o Fundo da Polícia, que não fez nada até agora. O pior é pensar que somos nós que pagamos os salários deles.”

Este é o desabafo desta senhora que foi agredida no ano passado e até o dia 22 de fevereiro, nada tinha sido feito, Sr. Presidente.

Ainda, a Dona Maria Regina Minto Reis teve rompimento dos músculos da face, em diversos pontos, perdeu seus dentes e parte da gengiva, o rosto está completamente desfigurado, além das costelas quebradas, o tratamento dentário vai ficar oito mil e quinhentos reais. Os danos psicológicos são enormes. Ela tem medo de sair de casa, vai ao dentista e o profissional mal consegue atendê-la, porque ela só chora. A atuação da polícia foi ruim. A 10ª Subdivisão Policial ficou de dar um retorno, mas até agora não fez nenhum contato com essa senhora.

Até o momento nem a foto da câmera de segurança do posto foi avaliada pelo Instituto de Criminalística, porque não querem ceder. Já se passaram três meses e nenhuma providência foi tomada. A Ouvidoria da Polícia Militar tem conhecimento dessa denúncia. O estagiário do escritório de advocacia, que atende o posto, reconhece a existência de três seguranças naquela noite, mas não deu tempo de nada, o tumulto foi muito rápido, disse esse mesmo cidadão.

A Delegada titular da Mulher, Paula Francinete Nunes, alega que houve e continua havendo uma omissão, por parte do posto.

Agora, se a polícia nada pode fazer em relação ao posto de combustíveis, tem que se rasgar a Constituição e tem que se entregar este Estado aos bárbaros para que eles tomem conta, porque o estado da segurança pública que nos encontramos é deplorável. Tenho experiência nesta área de vinte anos e nunca vi a minha cidade de Londrina e o meu Estado entregue a tamanha desfaçatez, chega à beira do escárnio a forma como esse Secretário da Segurança - o pior da história do Paraná trata as pessoas, como está fazendo com essa jovem senhora, essa assistente administrativa que está gritando e pedindo providências.

Na tarde de hoje estou encaminhando um requerimento pedindo informações à Secretaria da Segurança Pública, para que possa dar ao menos uma satisfação para essa senhora que está descrente na questão de Segurança Pública no Estado do Paraná. Com certeza o Sr. Governador do Estado não sabe dessa situação e se sabe, prefere colocar os seus aprendizes de feiticeiro, como é o caso desse moleque Secretário da Segurança, porque esse é o único termo que podemos qualificá-lo, já que é assim que

ele mesmo se auto-retrata, como o Roberto Carlos do Rio de Janeiro, como já desfez desta Casa e de várias, como a Câmara Municipal, não respeitando requerimento e outros regimentos internos.

Nós não podemos ter mais paciência quando tratamos da questão Segurança Pública. É o desabafo que estamos comungando com a Sra. Maria Regina Minto Reis e também com todas aquelas pessoas que são vítimas diariamente da insegurança pública do Estado do Paraná, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Tenho a satisfação de anunciar a presença do Prefeito de Santa Tereza do Oeste, Francisco Merin, que preside também a AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Srs. Deputados, demais pessoas que se fazem presentes na nossa Assembléia Legislativa, imprensa:

Queria, em nome das minhas colegas Deputadas que ainda não chegaram ao plenário, agradecer à Casa, na pessoa do nosso Presidente Hermas Brandão, pela forma sensível e simpática que receberam ontem nesta Casa o Movimento de Mulheres Organizado do Estado do Paraná, inclusive ex-Deputadas, para que pudéssemos abrir a Semana Estadual da Mulher, porque a questão, conforme falamos ontem em nosso pronunciamento, não queremos que apenas 8 de março seja comemorado, mas que todos os dias também sejam nossos e que junto com os homens, possamos construir uma sociedade mais igual e mais justa.

Portanto, agradeço em nome das colegas ao nosso Presidente, porque ontem também foi inaugurado nesta Casa a galeria “Mulheres no Poder Legislativo do Estado do Paraná” no rol de entrada da Assembléia Legislativa, um Requerimento aprovado pelos Deputados, que mostra e dá visibilidade às ainda poucas, mas bastante atuantes Deputadas que passaram por esta Casa. São cento e cinquenta anos de Estado e temos um número muito pequeno de Deputadas que agora passam para a história do Paraná como mulheres que estiveram sentadas aqui nestas cadeiras, que ocuparam o Poder e que ajudaram a construir um Estado melhor. Portanto, é importante essa visibilidade do ponto de vista da discussão de gênero.

Queria também dizer que hoje o Conselho Estadual da Mulher, em uma inauguração bastante concorrida, inaugurou o primeiro Centro de Referência e Atenção à Mulher em Situação de Violência de Curitiba e

Região Metropolitana. Nós temos cinquenta e dois Centros dessa natureza no Brasil e tenho a grande satisfação de, aqui no Paraná, ter sido a precursora dessa luta e inaugurei, em 94, o primeiro Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Londrina, quando era do Executivo local, e hoje inauguramos o primeiro Centro de Atendimento de Curitiba e Região Metropolitana, com recursos oriundos da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, em parceria com o Governo do Estado, o Governador Roberto Requião, além dos pactos que o Governador assinou para a adesão da implantação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e também a adesão ao pacto para diminuição da mortalidade materna no Brasil, que ainda são números assustadores e no Paraná também os números não são bons, são muito altos. Mas, o Governador, o Conselho Estadual, a Ministra Nilcéa Freire e a Secretaria da Justiça e vários Secretários que nos ajudaram cedendo servidores para compor a nossa equipe multidisciplinar que oportunizou hoje a entrega desse centro.

Gostaria que os Deputados pudessem visitar a nossa casa, porque, sem dúvida nenhuma, o Centro de Referência e Atenção à Mulher em Situação de Violência é um equipamento extraordinariamente importante para fazermos cair esses índices vergonhosos de violência contra a mulher no Brasil.

Portanto, ontem foi um dia extremamente importante. Hoje continua sendo, a semana toda. E nós não temos mais, o Movimento de Mulheres, essa questão de comemorar o 08 de março, nós temos algumas coisas a comemorar, sim, que avançamos progredimos, mas ainda temos muito que conquistar. Mas, como eu dizia, hoje, nessa longa estrada, até conseguimos a equidade entre os gêneros, andamos alguns quilômetros, não sem o apoio dos nossos companheiros homens, que cada vez mais no apóiam e nos prestigiam nas nossas iniciativas. Aqui mesmo na Assembléia Legislativa, o que seria de nós quatro Deputadas se não tivéssemos o apoio incondicional dos nossos companheiros para a aprovação dos projetos que nós apresentamos em defesa dos direitos da mulher?

Portanto, estamos todos juntos, não é uma questão, eu diria, de responsabilidade apenas das mulheres, mas das mulheres, dos homens. E apenas queria deixar consignado a importância da participação dos nossos colegas Deputados Estaduais que têm evidentemente um papel fundamental, à medida que são a maioria aqui na Assembléia Legislativa. Mas, nós não tivemos nenhum projeto relativo aos direitos da mulher, das crianças e dos adolescentes, que não tivesse sido prestigiado e ajudado com o voto importante dos Deputados para o seu final feliz, digamos assim,

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito é o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós vamos falar hoje de um assunto que vai levar Paraná para o Guines Book.

O Paraná é o Estado da Federação que vem contribuindo para deixar o Brasil em notoriedade, porque nós vamos, com certeza, para o Guines Book, uma vez que é o Estado que teve mais fugas de presos nos últimos anos.

Já vimos este ano mais de vinte fugas em cadeias públicas. O presídio recém-inaugurado em São José dos Pinhais, onde os presos (vejam que situação) usaram de uma escova de dentes para furar uma parede de concreto armado recém-construída pela administração do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Em Campo Largo os presos fugiram usando óleo no corpo para poderem se livrar das grades e ganharem as ruas.

Em Londrina fizeram um túnel, e minutos antes essa cadeia pública teria sido visitada pelos policiais civis e militares que foram fazer uma vistoria porque tinha a informação da fuga e não conseguiram constatar que havia um túnel com mais de quinze metros e onde foi parar a terra desse túnel. E os presos fugiram e ganharam a rua. Ganharam a liberdade, mas, tiraram a liberdade da nossa população. E o Sr. Secretário da Segurança comparece sempre na escolinha do Professor Raimundo às terças-feiras, no Museu Oscar Niemayer. E lá, na escolinha, ele sempre dá o testemunho de que a segurança pública do Estado do Paraná está indo bem.

Certamente para ele, para o Governador que andam sempre escoltados, protegidos pela oficialidade, certamente a Segurança Pública vai bem quando o PMDB é recebido lá na granja do Torto, aliás na granja do Cangüiri, que também se confunde com a granja do Torto, porque me faz lembrar (e o subconsciente me traiu agora) porque quando lembro de cavalos, lembro do Figueiredo e lembro da granja do Torto que ele disse que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo.

Mas aí me confundo com a granja do Cangüiri onde o Governador Roberto Requião também cria os seus cavalos, tem até um cavalo de nome Proletário. E lá a segurança vai muito bem, principalmente se é aniversário do Governador: a região fica impecável vestida com a imagem de segurança, de sirenes, de gente poderosa que vai saborear a carne que tem o gosto da aftosa do Paraná, ou da mamona mal engolida do Governador, que para agraciar o Presidente da República até mamona saboreia. Este é o quadro que estamos vivendo no Paraná. É a segurança que pede socorro. O povo de joelhos está nas ruas, nas vielas, nas escolas, a reclamar por segurança.

Presidente Hermas Brandão, dois seguranças do Governador morreram em Foz do Iguaçu. Como? Ningué m sabe. E o que estavam fazendo? Muito menos. Lá na 277 um corpo caiu estendido, jogaram uma lona preta

por cima do tenente. Depois vasculharam o que tinha dentro do carro, tiraram também de maneira escondida e levaram o outro soldado para o Hospital Costa Cavalcanti, e minutos depois o soldado se suicida. Vamos querer apurar esse suicídio e essa morte dos seguranças que estavam lá com o Governador do Paraná, que dizem que tinham algumas mercadorias que desapareceram. E a Polícia Rodoviária Federal sabe o que eram essas mercadorias, porque já informou Brasília. Ora, é uma história de uma mercadoria branca muito procurada por alguns e muito usada no submundo. E nós vamos querer buscar essas informações.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

Campanha da Fraternidade 2006

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje esta reservado à Campanha da Fraternidade 2006. E recebemos, com muito prazer, o Padre Ricardo Hoepfer, Coordenador da Campanha na Arquidiocese de Curitiba e Região Metropolitana que usará o Grande Expediente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença nesta Casa, do Vereador Jean Bongoni, da cidade de Medianeira e do Vereador José Valdir Linhares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para apresentar o nosso convidado Padre Ricardo Hoepfer, ele que é coordenador do Clero da Arquidiocese de Curitiba, coordenador deste ano para a Campanha da Fraternidade de Curitiba que tem como tema: “Levanta-te e vem para o meio”, e que também é assessor da Pastoral de Surdos da Regional Sul II, aqui do Estado do Paraná.

Seja muito bem-vindo, Padre Ricardo, a Casa é do povo, portanto, a Casa é nossa, sobretudo, sobre a exposição desse tema tão importante não só para a Igreja Católica, para as religiões, mas para todo o Estado do Paraná.

Padre Ricardo Hoepfer

O SR. PADRE RICARDO HOEPFER

Sr. Presidente, Exmos. Deputados e Deputadas, quero agradecer à oportunidade de estar aqui, e colocar a todos a importância do lema da Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Pessoa com deficiência”.

A importância desse tema está no nosso dia-a-dia, quando percebemos que no Brasil, temos mais de vinte e cinco milhões de pessoas portadoras de deficiência. É um

número significativo e acreditamos que nós, como sociedade organizada, temos a responsabilidade, a co-responsabilidade de ajudarmos a aumentar as políticas em apoio às pessoas com deficiência e as suas organizações.

Por isso, a Igreja Católica como todo o ano propõe um tema de relevância social, este ano ao escolher “Pessoa com deficiência” e o lema “Levanta-te e vem para o meio”, quer convocar toda a sociedade, a todas pessoas de boa vontade, a todas as igrejas e religiões, para que unidas possamos combater o preconceito em relação às pessoas com deficiência.

O preconceito está em todos os âmbitos da sociedade, e isso é fundamental percebermos, para que as leis sejam cumpridas e acima de tudo, seja respeitada a dignidade da pessoa com deficiência.

O objetivo da campanha é reconhecer melhor essa realidade, muitas vezes escondidos, muitas vezes à família sem condições de trazer os seus filhos para o direito à escola, ao trabalho, tem com certeza nessa campanha, um papel muito importante e esperam da sociedade organizada, esperam com certeza também, desta Assembléia, que cada vez mais se dê prioridade às políticas públicas que venham a dar acessibilidade e inclusão à pessoa com deficiência.

Alguns objetivos importantes que gostaria de destacar nessa campanha. Queremos, junto com toda a sociedade organizada, especialmente as entidades que trabalham com pessoas com deficiência, assegurar os direitos individuais e sociais, e também de suas famílias, superando toda a forma de preconceito e sensibilizar a consciência pessoal e social sobre esta questão da deficiência.

Promover a autonomia das pessoas com deficiência. Fortalecer as suas organizações, seus movimentos, criar mecanismos à sua participação efetiva, como protagonistas de sua história, na família, na igreja, e em toda a sociedade.

Também, queremos suscitar e apoiar iniciativas individuais e comunitárias, bem como políticas públicas para inclusão, valorização e proteção das pessoas com deficiência e seus familiares no ambiente escolar, no mundo do trabalho, na vida eclesial, e nas atividades culturais, esportivas de lazer e convívio social.

Infelizmente percebemos que ainda se confundem deficiência com incapacidade. A pessoa com deficiência não é incapaz. Quem incapacita é a sociedade. Um deficiente visual para usar um elevador, precisa que tenha braile no elevador. Ele não é incapaz de usar um elevador. Somos nós que não damos as condições necessárias para que ele tenha acessibilidade a todos os ambientes.

Um cadeirante para entrar num ambiente público ou em qualquer outro lugar, precisa ter acessibilidade. Ele não é incapaz, mas nós podemos incapacitá-lo à medida que não damos condições de acesso a esses ambientes.

Por isso, um dos pontos fundamentais da campanha é discernir a idéia da deficiência: não está ligada à idéia de incapacidade. A deficiência é a diferença

humana que requer atenção nas suas especificações, quanto à forma de comunicação, por exemplo, os surdos precisam ter em todos os ambientes acesso à linguagem brasileira de sinais, que já está aprovada no território nacional, como língua oficial - Língua Brasileira de Sinais - Libras, e que agora deve ser incluída nas escolas, nos ambientes públicos como um direito ao surdo de ter acesso às informações na sua própria língua reconhecida em território nacional. A deficiência também merece sua especificação na área da mobilidade, dos ritmos, do estilo, e acima de tudo, um cuidado muito especial no problema da sensibilidade. Nossas ruas, nossas calçadas, se nós temos dificuldades de andar tranqüilamente em nossas calçadas, imagine quem é portador de uma deficiência e encontra o tempo todo obstáculos, machucam-se, prejudicando a sua própria saúde, porque não têm condições de andar decentemente com acesso devido.

Caros Deputados e Deputadas: gostaria de chamar atenção que na Itália por exemplo, há quarenta anos os ônibus e os meios de transporte já estão adaptados para todas as pessoas com deficiência. E nós, infelizmente, temos que usar isso como motivo de luta, o que deveria ser um direito assegurado ao portador de deficiência, ter acesso a qualquer lugar.

Portanto, é de chamar atenção essa campanha como uma co-responsabilidade de todos nós para ajudarmos uma pessoa com deficiência. Por quê? Espero que não sejamos nós portadores de deficiência no futuro para podermos valorizar os que são agora. Porque ninguém está isento de futuramente portar uma deficiência, de ser uma pessoa com deficiência. Não vamos esperar que isso seja de fato um problema na nossa vida, para depois nos sensibilizarmos. Que venha essa sensibilidade como um direito de todo o cidadão para que ele seja tratado com dignidade na sua especificidade como pessoa humana.

As deficiências múltiplas, visuais, auditivas, visuais a surdo cegueira, as pessoas ainda não têm o discernimento, não conhecem esse tipo de deficiência. Então, também a campanha quer ser um momento muito especial de formação da sociedade, para que conheça a deficiência e possa não fazer dela um motivo de preconceito, mas ao contrário, incluir toda pessoa na sociedade.

Enfim, gostaria de elencar que a grande luta dessa campanha é pelos direitos da pessoa com deficiência. As pessoas com deficiências possuem direitos garantidos por lei. Esses direitos devem ser reconhecidos e divulgados, os poucos direitos insuficientes para uma vida digna não podem ser desconhecidos ou desrespeitados. Além da divulgação desses direitos garantidos por lei é necessário buscar o cumprimento dessas leis. E muitas leis já estão obsoletas, precisam ser revistas, precisam ser reavaliadas e pedimos encarecidamente a todos vocês que se dediquem a essa reavaliação.

Como questão legal exige competência, é necessário celebrar convênios, parcerias com instituições que trabalham em prol da justiça, como a OAB, os Núcleos de Direitos Humanos, as Organizações não Governamentais,

a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, e outros. Elas podem apoiar na luta concreta pelos direitos e fornecer acessórios para qualificar a Igreja, seus agentes e toda a sociedade para que essa campanha aconteça de verdade nas bases.

A Campanha da Fraternidade é a ocasião para a organização de fóruns, e é exatamente isso que estamos fazendo aqui em Curitiba e em todo Paraná, junto com as Dioceses e as entidades. E sobre o respeito dos princípios da humanidade queremos garantir o direito que já foi vinculado em 1946, os Direitos Humanos. Já em 1972, a ONU também garantiu o direito da pessoa com deficiência. Agora é o momento de trazermos isso à tona e nos unirmos e darmos a dignidade necessária a todas as pessoas portadoras de deficiência.

Espero contar com a colaboração de todos nesse tema de relevância e de importância social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos ao Padre Ricardo pela gentileza de ter vindo a esta Casa colocar a posição da Igreja sobre a Campanha da Fraternidade em 2006.

Transmita ao nosso Arcebispo as nossas homenagens e que a Assembléia Legislativa será uma grande parceira nessa campanha.

Horário das Lideranças:

Passaremos ao Horário das Lideranças.
PP/PSB. PTB/PL/PMR. PPS.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna na tarde de hoje, para tratar da minha preocupação, que acredito seja de boa parte dos brasileiros de bem, daqueles que pagam os seus impostos; daqueles que estão em dia com o Estado e o País: daqueles pais de família, principalmente daqueles que querem segurança para continuar vivendo, apesar de todas as dificuldades neste país chamado Brasil.

Trato aqui da questão que o STF pretende fazer nos próximos dias. É de conhecimento da Nação que, pelo menos, metade dos nove mil presos do Estado do Paraná poderão deixar a prisão antes do tempo previsto na sentença.

Sr. Presidente, mesmo se tratando de questão federal, estou encaminhando ao STF, na condição de Deputado Estadual, um requerimento pedindo repúdio a essa decisão. Não podemos concordar com o Estado trabalhando com seu aparato policial, prisional e penal, o policial que prende, o escrivão que faz essa prisão. Inquérito

é lavrado pelo Delegado. É levado para a Corte da Justiça analisar. O traficante é condenado. O homicida é levado às barras da justiça. O estupro é condenado. E agora, de uma canetada só o STF coloca nas ruas estupradores, assassinos, homicidas, os maiores facínoras da Nação condenados pela lei de crime hediondo, que é rasgada por uma decisão apertada de seis votos a cinco. Livrando um pastor que foi condenado a mais de doze anos por molestar crianças no interior de São Paulo.

Essa decisão abre uma brecha para uma avalanche de injustiça sendo cometidas contra a sociedade de bem, contra o cidadão que luta com dificuldades para pagar os seus impostos. É, na verdade, um erro muito grande. Sei que esta Casa tem uma posição muito polida dentro do mito da cordialidade que impera, como dizia Sérgio Buarque de Holanda, que não há entendimento de se fazer nota de repúdio, principalmente em relação à mais alta corte do Brasil, que é o Supremo Tribunal Federal.

Estou, Sr. Presidente, na tarde de hoje, encaminhando este requerimento para que seja aprovado e espero contar com a parcela de compreensão dos nobres Deputados.

Não podemos acreditar que isso seja possível em um país que tem sérias dificuldades na área educacional; que tem uma concentração de renda das mais altas; uma distribuição de riquezas muito ruim, comparável aos piores países do mundo. Tudo isso pode até ser uma desculpa para dizer que há necessidade de dar mais condições ao povo brasileiro para que ele não cometa esses crimes.

Não posso acreditar que o Estado venha de uma hora para outra, revogando essa decisão e que o Supremo Tribunal Federal solte, só aqui no Estado do Paraná, quatro mil e quinhentos estupradores, quatro mil e quinhentos traficantes, latrocidistas e homicidas que destroem as famílias de bem.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por exemplo, o que pensam estudantes de Direito, como Greice Cristiane Shorer, Jussara Arantes e Lusmarque Souza: “Causa indignação a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu a progressão de pena para crimes hediondos. O STF se equivoca ao atribuir efeitos vinculantes à decisão, já que se trata da usurpação da função do Senado, prevista no artigo 52 inciso 10 da Constituição Federal, porque foi concedido por meio de fuso e não por meio concentrado.

Portanto, não tem efeito vinculante e sim efeito interpartes, além de ser uma violação da tripartição dos Poderes, conferido ao artigo 2º da Constituição, caracterizando, assim, a sua inconstitucionalidade. Por isso, pedimos providências às autoridades competentes.

Não sou legislador no plano federal, mas se o fosse, demonstraria a minha indignação. Enquanto Deputado Estadual, a nota de repúdio é o que posso fazer, mas se até estudantes de Direito conseguem caracterizar aqui que há uma agressão à nossa Constituição, que há uma determinação que usurpa os direitos do próprio Supremo

Tribunal Federal, nós temos que nos posicionar e é o que estamos fazendo, Sr. Presidente.

Precisamos, sim, aumentar o número de juízes criminais; precisamos ter condições de que os direitos humanos sejam respeitados, mas precisamos pensar lá na base, onde estão as nossas crianças, e aí passa por uma maior distribuição de renda, por uma condição mínima de o cidadão brasileiro sobreviver sem ter que ficar sujeito à marginalidade, como infelizmente acontece.

Nessas condições, principalmente em relação ao estupro, ao tráfico de drogas e aos assassinatos, que são crimes hediondos, não podemos ter de versar. A lei tem que ser pesada. Este, na verdade, vai ser um grande incentivo para que mais criminosos se enveredem pelo mundo da marginalidade.

Esta é a observação que faço na tarde de hoje, Sr. Presidente. Espero poder contar com a compreensão da sociedade paranaense neste momento.

Se os estudantes de Direito mostram essa indignação e as pessoas com as quais nós cruzamos nas ruas diariamente e que têm consciência da sua cidadania, também demonstram a sua irritação, nós temos que fazer a nossa parte, não podemos passar ao largo dessa decisão do Supremo Tribunal Federal que concede o regime de progressão de pena ao condenado por crime hediondo que são crimes graves, considerados pela nossa própria Constituição.

Era esse o meu pronunciamento neste momento, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Plauto, Horário do PFL.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um pouco antes do Carnaval, tivemos nesta Casa uma grande discussão entre o Líder do Governo, Deputado Dobrandino e a Bancada do PT.

Os problemas começaram lá em Foz do Iguaçu, aonde acompanhamos naturalmente próximos das eleições, um debate sobre política.

O Deputado Dobrandino trouxe a esta Casa uma denúncia de corrupção dentro da Hidrelétrica de Itaipu.

Agora, vimos nesta semana, a Revista Veja, de circulação nacional, trazendo novamente uma gravação telefônica que mostra um advogado, empresário paranaense, colocando-se como um operador do Governo Lula e também dos líderes do PMDB, em Brasília.

O advogado Roberto Bertoldo, conhecido nos meios políticos do Estado do Paraná e também de Brasília. E o seu sócio, o Sr. Sérgio Costa Filho, teria feito um grampo telefônico, uma gravação telefônica do advogado Bertoldo conversando sobre como ele operava as ques-

tões relacionadas ao Presidente Lula dentro do Governo Federal. Aonde, segundo a Revista Veja, ele mostra que dos 81 Deputados do PMDB, mais de cinquenta recebem o tal do mensalão. Alguns, de quinze mil reais, Deputado Jocelito e outros recebendo até duzentos mil reais.

Agora, o que mais me chamou a atenção é de que neste grampo telefônico, o advogado Bertoldo, que se coloca como operador do PMDB junto ao Governo Federal, ele diz e deixa claro que a Siemens, fornecedora de turbinas para a Usina Hidrelétrica de Itaipu, deixou de cumprir o contrato. Ela não cumpriu o prazo e com isso havia uma multa que chegava a duzentos milhões junto à empresa Siemens. E daí vem a grande questão. A Revista Veja diz - e também a gravação do advogado Bertoldo, - de que a Siemens foi perdoada da multa de duzentos milhões, e em troca, cedeu ao Presidente da Itaipu seis milhões de dólares. Isso o Bertoldo disse e está gravado. Inclusive vi na Rede Globo de Televisão isso sendo mostrado para o Brasil inteiro.

Então, fica aqui, deixo as palavras registradas e deixo no ar. O Deputado Dobrandino está certo? Ou a Bancada do PT que confrontou, discutiu junto com o Deputado Dobrandino?

O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Primeiro, a polêmica em relação ao deputado Dobrandino se deu em relação aos contratos de publicidade. E é bom dizer, nada foi apresentado em relação a isso, a não ser os próprios contratos. Se os contratos forem irregulares os contratos da Copel poderiam ser, os contratos de uma empresa pública qualquer poderiam ser.

Essa nova denúncia da Veja, onde há na gravação do Roberto Bertoldo, que era advogado de vários Deputados, inclusive, do ex-Deputado Tony Garcia, é uma gravação de uma versão de alguém que seria, segundo ele próprio, um operador do ex-Deputado Borba, sobre um contrato de uma eventual multa, que chegaria a duzentos milhões.

Primeiro: esse contrato é de 186 milhões de dólares, Deputado Plauto. Houve um atraso, foi aplicada uma multa, houve um novo atraso e em nota oficial a Itaipu esclarece, porque é uma incoerência. Como é que uma multa pode chegar a 200 milhões e o contrato é de 186 milhões e 400 mil dólares? Houve um atraso, há um litígio em relação a essa empresa, não houve nenhuma multa, não se abriu mão de nenhuma multa e sem dúvida nenhuma, mesmo que sendo do Bertoldo, mesmo ele preso, há que se investigar. Fora a declaração do Bertoldo, nenhum outro indício.

Quero lembrar a V. Exa. e a todos deste plenário, de um episódio anterior às declarações do Toninho da Barcelona, um doleiro que foi levado à CPI, disse um monte de coisas sobre as pessoas, nada se provou - ele não disse só contra a gente do PT, disse sobre outras questões -, mas o estrago daquela exposição pública ficou.

Portanto, Deputado Plauto, é da nossa posição que se esclareça qualquer fato, não há nenhum temor. A Polícia Federal deve ouvir o Roberto Bertoldo, para se confirmar em juízo aquilo que foi dito em gravação, se foi ilegal.

Desculpe alongar o meu aparte, mas o raciocínio seria esse: há neste momento, apenas uma versão e essa não pode ser tida como verdade. Há também a versão, a nota oficial, a posição oficial da Itaipu e o fato. O fato é o seguinte: não houve nenhuma renúncia de multas, o contrato é de 186 milhões, já houve a aplicação de uma multa e uma segunda multa deverá ser aplicada ao final do contrato, quando se medirá a quantidade de dias em atraso.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Eu queria deixar aqui registrado, porque esta é mais uma denúncia de corrupção, dentro do Governo do PT. Espero que possamos fazer, à luz do dia, toda essa discussão, para que o povo do Paraná e do nosso Brasil possa saber exatamente o que aconteceu, agora, na Usina de Itaipu.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Pela Ordem)

Quero apenas apresentar os nosso companheiros que nos visitam nesta tarde, os Vereadores Biluca, Ozete e Tomé, de Santa Mariana, o Sukita de Paranaguá e também do nosso Vice-Presidente da cidade de Floresta, João Amaruti.

Sejam bem-vindos.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Queria saudar os nossos companheiros, o Sukita, o Biluca, os Vereadores de Santa Mariana, também o João Maruti, nosso Vice-Prefeito de Floresta, onde tive o prazer de ir a essas cidades, para fazer campanha. Foi coisa bonita de ser ver a mobilização dessas cidades, na eleição de 2004.

Sr. Presidente, queria, ao final dessa polêmica do Deputado Plauto, dizer claramente o seguinte: aquela polêmica em relação à Itaipu e essas novas denúncias surgem, exatamente no final de uma CPI, que não se chega a conclusão nenhuma, quando não se consegue envolver o Presidente da República, quando se aproxima uma prévia do PMDB no dia 19, disputa entre dois campos políticos dentro do Partido e isso era muito natural e democrático.

Quando se aproximam as definições em relação aos candidatos à Presidência da República, que deverão disputar o pleito de 1º de outubro, surge essa denúncia exatamente com o ingrediente do PMDB, tentando estabelecer vínculos com o Presidente da República.

Mais do que isso, é notório e esta Casa conhece a história e o método de trabalho do nosso Presidente da Itaipu, Jorge Miguel Samek.

Portanto, quero aqui, não só como Deputado Estadual, mas como Presidente do Partido que governa o país, hipotecar total solidariedade ao Samek, à Diretoria da Itaipu, que é colegiada, tem gente do PPS, tem gente do antigo PDT, e atual PV, enfim, tem de todos os Partidos. E o trabalho que se faz no Oeste paranaense, como bem sabem os Deputados que têm lá atuação, especialmente o Deputado Welter, o Deputado Duílio, Deputado Bier, Deputado Chico Noroeste, Reni Pereira, Elio Rusch, sabendo o trabalho que a Itaipu faz, diferentemente de outros governos, quando a Itaipu gerava energia cuidava das suas coisas e ninguém sabe, ninguém viu. Hoje não! Tem trabalho social, trabalho ambiental e é importante ressaltarmos essas coisas para que pessoas não tenham a sua honra enlameada e depois nada provado, Deputado Jocelito, V. Exa. que tem sido vítima também disso, quando no decorrer do tempo nada fica provado e aí já foi para a Globo, já foi para a Veja e, diga-se de passagem, essa Veja ninguém merece.

Quero também, Sr. Presidente, deixar consignado nesta Casa, um voto de parabenização ao nosso país, para os Organizações Não-Governamentais que trabalham com as pessoas portadoras de necessidades especiais pelo prêmio recebido pelo reconhecimento de políticas públicas para pessoas com deficiência, outorgado pelo Centro Internacional para Reabilitação, ONG que monitora a implementação das referidas políticas e dos direitos humanos das pessoas com deficiência na América.

A premiação ocorreu na abertura da 8ª Conferência da Rede Ibero-Americana Intra-Governamental de Cooperação Técnica, do qual o Brasil é parte. E este ano ainda, Deputado Jocelito, teremos um evento exatamente no ano em que a Campanha da Fraternidade, como já bem colocou o nosso Padre aqui no momento do Grande Expediente, que nós comemoramos, estimulamos, promovemos o direito da pessoa com necessidades especiais. Diga-se de passagem, área que todos os Deputados aqui, de alguma forma, têm uma interface, de alguma forma têm um trabalho, um compromisso, seja com as entidades propriamente ditas ou com as campanhas de conscientização. Então, nesse mesmo momento que a Campanha da Fraternidade se faz nessa linha, o Brasil recebe um prêmio dessa ordem pela primeira vez na sua história.

Também, Sr. Presidente, hoje tivemos uma das audiências da Comissão Especial que vai avaliar os candidatos do Tribunal de Contas do Estado. Quero aqui, como fiz anteriormente, Deputado Elio Rusch, que é o Presidente dessa Comissão, ressaltar aquilo que disse: essa eleição do Tribunal de Contas do Estado, como ocorre com todos os outros eventos, será marcante para a história desta Casa. Vou rememorar, Deputado Rossoni, um debate que tínhamos aqui nesta Casa sobre o funcionamento da Casa, que se falava muito se era necessário termos uma nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Nós aprovamos essa lei, que é uma lei que modernizou e que se não é a ideal, foi o possível naquele momento no sentido de evitar a instrumentalização política do Tribunal de Contas do Estado, instrumentalização essa que deve ser abominada. Outros fatos não relativos ao Tribunal de Contas também fizeram história nesta Casa: quando muitos diziam que nada mudaria, esta Casa já aprovou no Regimento Interno o fim das convocações extraordinárias. Mais do que isso, tramita nesta Casa um projeto que também fará história, que é aquele que prevê o fim do nepotismo na Assembléia Legislativa. Muitos diziam que o fim do nepotismo jamais viria na determinação do Judiciário. Veio! Veio e veio para ficar e isso é importante, porque marca história.

Mas, volto à eleição do Tribunal de Contas deste Estado e o Deputado Durval Amaral e o Deputado Braddock disputam essa vaga. Quero reiterar aquilo que tenho dito: o Governador vai escolher e tem direito de escolher até três membros segundo a lei do Tribunal de Contas do Estado.

O Tribunal de Contas que tem a tarefa de fiscalizar as contas dos municípios, dos órgãos públicos e também do Governo do Estado, esse órgão tem a seguinte composição: quatro membros indicados pela Assembléia e três indicados pelo Governo do Estado. Desse três, um do Ministério Público em lista triplíce, outro dos auditores em lista triplíce, e um de livre nomeação.

Agora, eis que quando se esperava que surgisse uma vaga de auditor, e deve surgir com a aposentadoria precoce do Iatauro, também para ocupar um cargo público, eis que a fatalidade nos surpreendeu. E antes disso seremos levados a escolher uma vaga da Assembléia, fruto da vacância ocorrida da morte do Conselheiro Kielse.

Portanto, dos vinte candidatos, nós teremos dois candidatos que são oriundos desta Casa. Ressalto uma eleição que teve no Tribunal de Contas da União, onde Augusto N. disputou a vaga com Pimentel, agora, recentemente, e contra o Serraglio, foram membros da Casa indicados e que disputaram a vaga no Tribunal de Contas da União e foram escolhidos.

Portanto, quando se diz na lei que é de livre escolha da Assembléia, imagina-se que, primeiro, a Assembléia deverá fazer uma reflexão, que é livre, se há entre os quadros da Assembléia pessoas com competência técnica e também com condições políticas e também vontade de ocupar esse espaço. Lógico que essa é a minha posição e este Plenário vai saber fazer a melhor escolha. Marcará a história essa escolha, Sr. Presidente, não só se for vencedor A, B ou C, marcará a história porque o debate vai estar colocado, vencendo ou não a tese de que a vaga sendo da Assembléia, nos deveríamos estar escolhendo entre os nossos quadros o melhor para lá exercer esse poder, que é um poder auxiliar de controle das finanças.

Sr. Presidente, para concluir, essa posição eu coloquei hoje na Comissão, lembrei a eleição do Tribunal de Contas da União e disse que essa eleição será marcante,

porque saberemos dizer se haverá mais de três vagas a serem indicadas pelo Governador ou somente as três vagas. Mais do que três ou somente três. E a hora está chegando aí, a Comissão vai fazer um trabalho neutro, vai apresentar um relatório, o Deputado Elio Rusch, com o Deputado Cesar Seleme.

Mas, o fato de termos uma disputa com esse caráter e um debate aberto, franco, que é o que se espera desta Casa, é o que vai marcar história com o fim das Extraordinárias, com a mudança das férias que deve vir por aí, com a queda do nepotismo que é muito bem-vindo no nosso Estado, e com outras tantas medidas moralizadoras. O Tribunal de Contas do Estado tem que ser para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB. PMDB. Liderança da Oposição e Liderança do Governo.

(**Todas Declinam**)

Quero participar aos Srs. Parlamentares que os líderes indicaram os membros para a composição da Comissão Especial que irá opinar sobre a indicação do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça, conforme artigo 124 do Regimento Interno.

Os indicados são: o Deputado Tadeu Veneri, pelo PT; pelo PSDB, o Deputado Ademar Traiano; pelo PMDB, o Deputado Antonio Martins Anibelli; pelo PFL, o Deputado Durval Amaral; pelo PDT, o Deputado Neivo Beraldin; sendo o Presidente da Comissão o Deputado Ademar Traiano, e o relator o Deputado Durval Amaral.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que depois desta Sessão Ordinária, nós teremos uma Sessão Especial, Extraordinária, para a votação da indicação do Dr. Milton Riquelme de Macedo, após o parecer da Comissão.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 245/06, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, enviando o anteprojeto de lei, com a respectiva exposição de motivos que transforma cargos do Quadro de Pessoal Efetivo desta Corte de Contas, nos termos do artigo 122, inciso IV desta Lei Complementar nº 113/05. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, Artagão Júnior, Cesar Seleme, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Cleiton Kielse, Elza Correia, Delegado Bradock, Rafael Greca e Geraldo Cartário na qualidade de membros do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Antonio Anibelli como Líder da Bancada do PMDB, para a 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial que irá opinar, no prazo de três dias, sobre a indicação do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça, conforme artigo 124 do Regimento Interno. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 245, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando autorização para deslocar-se a Brasília dia 08 do corrente mês, para audiência a fim de tratar de assunto referente à ADIN-3421, junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 236, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária Especial, conforme prevê o artigo 215 do Regimento Interno, para logo após o término da presente Sessão. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/04, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Mundial de Programação Neurolingüística e Assistência Social - AMPNL, com sede e foro no município de Mandaguçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 776/05, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a APA - Associação de Proteção ao Autista, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 794/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, declarando de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense/Paranaguá Ação Social, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a Escolinha do Paulistinha Futebol Clube de Mandaguari, com sede e foro no município de Mandaguari. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autorizando o Governo do Estado a implantar programa de atendimento psicopedagógico e social nas escolas da rede pública de

ensino fundamental e médio, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/05, de 07/06/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 363/05

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 363/05, de autoria do Deputado Estadual Luiz Carlos Martins, visa autorizar o Governo do Estado a implantar programa de atendimento psicopedagógico e social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio.

Fundamentação

O objetivo que se vislumbra no projeto de lei em epígrafe é minimizar os problemas sociais como a violência, a indisciplina nas salas de aula, a “fobia escolar”, apurando-se desde já o cunho educacional, mas também diante de uma análise social e de saúde pública, onde busca-se dar oportunidades iguais de aprendizagem a todos os alunos da rede pública de ensino.

Por isto que a discussão de uma política afirmativa que possibilite um atendimento psicopedagógico e social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, faz com que a sociedade brasileira saia das sombras e enfrente com responsabilidade esta questão. Pela primeira vez, uma medida oficial como esta pode significar a verdadeira inserção dos alunos com distúrbios psicológicos, em condições iguais de disputa e oportunidades, o que desde então nunca tiveram, pois como sabido, somente o acesso real à educação permite o conhecimento, a conscientização e o gozo dos mais fundamentais direitos.

O projeto em tela, visa instituir medidas compensatórias destinadas a promover a implementação do princípio constitucional da igualdade em prol da comunidade brasileira.

Princípio da Isonomia

Portanto, para alcançar a verdadeira igualização de direitos, há necessidade de se praticar uma política responsável e dirigida de superação destas disparidades, até um momento e nível tal em que igualdade formal e material sejam uma só realidade. Isto nada mais é do que a colocação em prática do princípio da isonomia, onde somente tratando-se desigualmente os desiguais, será possível alcançar-se a verdadeira igualdade de direitos.

Logo, o que inicialmente seria um contrasenso, trata-se na verdade, do remédio amargo e possível para a materialização da igualdade formal. Até que este ponto de igualização de oportunidades, no entanto, seja alcançado, a sociedade brasileira precisa assumir este ônus, a adoção desta política afirmativa é extremamente necessária e compensatória, porque aí sim a igualdade formal de todos perante a lei tornar-se-á uma realidade muito mais visível e próxima aos estudantes do nosso Estado.

Constitucionalidade da Medida

Nem que se diga que a referida política seria inconstitucional; ao contrário, realizaria com extrema perfeição e profundidade a intenção constitucional, visto que a Carta Magna, em seu preâmbulo, impõe ao Estado Brasileiro que assegure a concretização do bem-estar, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos e fundamentada na cidadania e dignidade humana. Se o preâmbulo é o espírito da Constituição-Cidadã, claro está que ela determina ao Estado que não meça esforços na busca dos instrumentos necessários, reais e possíveis para se alcançar aqueles resultados de forma verdadeira e pragmática e não somente formal.

E se a sociedade é fraterna e pluralista, alguns direitos podem ser restringidos para que outros possam ser alcançados, na busca desta igualdade. Percebe-se, portanto, que a Carta Magna exige a tomada de medidas concretas e pragmáticas para a busca de suas finalidades, o que também deve ser feito com relação aos alunos com problemas psicopedagógicos e sociais no Estado do Paraná.

O que se tem, pois, é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional. Em outro dizer, a expressão normativa constitucional significa que a Constituição determina uma mudança do que se tem em termos de condições sociais, políticas econômicas e regionais, exatamente para se alcançar a realização do valor supremo a fundamentar o Estado Democrático de Direito constituído. Mas como mudar, então, tudo o que se tem e se sedimentou na história política, social e econômica nacional? Somente a ação afirmativa, vale dizer, a atuação transformadora, igualadora pelo e segundo o Direito possibilita a verdade do princípio da igualdade, para se chegar à igualdade que a Constituição Brasileira garante como direito fundamental de todos, como se pretende no projeto de lei em comento.

Verifica-se, então, que não se repetiu apenas o mesmo modelo principiológico que adotaram constituintes anteriormente atuantes no país. Aqui se determina agora uma ação afirmativa: aquela pela qual se promova o bem de todos.

Ademais e em última análise, a constituição estadual prevê em seu artigo 177, a saber:

“Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Trata-se de uma obrigação de ação do Estado, com a colaboração da sociedade, vale dizer, que o Deputado, enquanto representante do povo, encontra-se inserido diretamente nesta obrigatoriedade de atuação, cabendo a ele, a iniciativa para projetos de lei desta natureza, até

porque a matéria não se encontra inserida nos números clausuros da competência exclusiva do Sr. Governador do Estado, não se tratando de atribuições das Secretarias de Estado, mas de matéria de cunho educacional e de saúde.

Conclusão

Diante do exposto, salvo melhor juízo, apresento parecer favorável, submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça, em razão de não se vislumbrar inconstitucionalidades.

Sala das Comissões, em 04.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 363/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, autoriza o Governo do Estado a implantar programa de atendimento psicopedagógico e social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto em pauta, tem por finalidade criar atendimento psicopedagógico e social aos estudantes das Escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, com o objetivo de minimizar problemas já existentes e criar alternativas preventivas junto à comunidade escolar, professores, pais e responsáveis.

Somos conhecedores dos problemas encontrados nesta área e enfrentados por todas as partes envolvidas no processo de educação dos nossos jovens e crianças. Tal matéria já foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e concordada por este Parlamentar como membro, exarando parecer favorável.

Conclusão

Sendo assim, por parte desta Comissão, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 363/05.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 072/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, sugerindo a inclusão do ensino religioso no ensino fundamental e médio do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05).**

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, requerendo o emprego do pregão eletrônico ou presencial nas compras e servi-

ços, como especifica, no âmbito da Assembléia Legislativa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06 de 20/02/06).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 233, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 237, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 247, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 249 a 251, 253 a 255, 258 a 270, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 256 e 257, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 271 e 272, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 273 e 274, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 275, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária Especial para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/06 - Mensagem nº 012/06, de autoria do Poder Executivo, aprovando o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para o cargo de Procurador-Geral da Justiça, com parecer favorável da Comissão Executiva.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 544/05 e 783/05.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 243, 566 e 674/05.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 2006.

“Londrina: presente e futuro”

Edson Gradia
Folha de Londrina

“Tive ouro, tive gado, (tive fazendas). Hoje sou funcionário público. Itabira é apenas uma fotografia na parede. mas como dói” (Carlos Drumond de Andrade). O grito angustiado do poeta deu-se ao visitar a sua terra natal. Rica, graças à produção de minérios, Itabira entrou em tempo recorde numa decadência econômica e social que doía na alma do grande brasileiro. Londrina não é Itabira. Londrina é coragem da sua gente de enfrentar e vencer desafios. Em passado recente, o dínamo econômico do Paraná era a região que tem Londrina como seu núcleo. Era inclusive a capital política estadual da resistência ao poder autoritário que por duas décadas dominou a vida pública nacional.

A força da riqueza que produzia, a partir do café, levava à felicidade das famílias que viam no crescimento econômico as oportunidades do emprego e da renda se expandirem com relativa uniformidade. Se no passado recente isso colocou Londrina com a 3ª cidade do Sul do Brasil, hoje essa realidade está mudando. Em Santa Catarina, Joinville já ocupa aquela posição, graças ao planejamento que erigiu um sólido parque industrial com oportunidades econômicas e sociais quase duplicadoras da sua população. No Rio Grande do Sul, está claro que Caxias do Sul também deverá ultrapassar Londrina, jogando-a para a quinta posição.

O que aconteceu com Londrina? Quais os insondáveis mistérios que resultaram na sua estagnação? O que fazer para enfrentar essa realidade? A resposta é reagir unida, com a determinação e a coragem que não faltam ao seu povo. A sua pobreza e carências estão hoje escancaradas nas ruas. A insegurança pública parece ter transformado o medo em componente do cotidiano londrinense. É preciso explodir esse túnel escuro e fazer Londrina voltar à criadora luz do dia. Nos três últimos anos Londrina teve o índice negativo de crescimento de 0,77%, de acordo com o Target - Instituto de Pesquisas Econômicas. Esse é o túnel escuro da incompetência.

Felizmente a luz do dia londrinense é muito clara: recentemente a “Folha Economia”, publicou que Londrina é a 7ª cidade do Brasil em depósitos e aplicações bancárias. Vale dizer, é das mais ricas do País. Aí está o começo da grande redenção. A elite londrinense precisa deixar de ter amor ao dinheiro como posse, substituindo-o pelo amor como meio. Para a sua própria felicidade. Londrina precisa investir na geração do progresso pela via do desenvolvimento. A isso some-se a mobilização de uma vontade política que deve começar na administração municipal comprometida com a modernidade, estendendo-se a nível de Estado, contra a discriminação que os últimos governadores devotaram e devotam a Londrina. A resposta deve ser dada pelo londrinense e pelos norte-paranaenses.

É preciso recolocar Londrina na sua trilha histórica de 72 anos: uma terra generosa de oportunidades para todos que nela apostaram. Determinação e coragem são partes integrantes da personalidade dos londrinenses. Cabe a eles travar a grande luta para recolocá-la no rumo do desenvolvimento com justiça social. E essa é uma luta que precisa ser travada. Só depende da vontade dos londrinenses.

EDSON GRADIA é formado em Odontologia, ex-Vereador em Londrina e ex-secretário de Esporte e Turismo do Paraná.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 2006.

“Ginástica Rítmica? Abrace essa causa”

Márcia Aversani Lourenço
Folha de Londrina

“Há trinta anos a ginástica rítmica (GR) surgiu em Londrina, trazida pela professora Elisabeth Bueno Laffranchi. Estudos comprovam que rapidamente a cidade se identificou com a modalidade e a população já lotava o ginásio de esportes Moringão nos eventos aqui realizados na década de setenta, pela então Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná, hoje Unopar, fato este comprovado pelos jornais da época.

Quando participou pela primeira vez de um campeonato brasileiro, a equipe londrinense dirigida pela professora Elibabeth retornou com a última colocação, o que serviu de ponto de partida para construir aqui o maior centro de treinamento de ginástica rítmica do país e referência internacional neste esporte. Na década de oitenta já éramos a melhor equipe de conjunto do país, inclusive representando o Brasil nos campeonatos internacionais, embora nossa expressividade no exterior fosse quase nada.

Na década de noventa o grande salto evolutivo da GR brasileira foi dado em Londrina. Nas quadras da Unopar onde a seleção brasileira de conjuntos treinou sob o comando da técnica Bárbara Laffranch. Conquistamos medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Mar Del Plata, no ano de 1995 e a primeira grande conquista se deu nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg em 1999 com o título de campeão pan-americano em conjunto.

Quem não se lembra da calorosa recepção que a população de Londrina preparou para nossas ginastas, o desfile pelas ruas da cidade e aquela sensação de vitória coletiva que pairava no ar? Depois disso, fomos finalistas dos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, novamente campeãs pan-americanas em Santo Domingo, dessa vez com direito a três medalhas de ouro, e uma vez mais finalistas olímpicas, em Atenas.

Três décadas depois do início de tudo, o Moringão continuava lotado, desta vez para ver a última apresentação da seleção brasileira em Londrina antes do embarque para Atenas em 2004. Mais de oito mil pessoas estiveram aplaudindo nossa equipe e desejando sorte para as garotas.

Mesmo não sendo mais a sede da seleção brasileira, o trabalho de base na Unopar não pára e como não poderia ser diferente continuamos sendo as campeãs brasileiras de conjunto nas categorias pré-infantil e infantil. Hoje, além de recordar fatos, queremos aqui neste espaço democrático chamar a atenção de todos para um esporte que não quer apenas conquistar medalhas, mas também respeito. O respeito que a ginástica rítmica brasileira merece.

MÁRCIA AVERSANI LOURENÇO é árbitra internacional de ginástica rítmica e coordenadora do curso de Educação Física da Universidade Norte do Paraná (Unopar) em Londrina.

